

O NOVO DESENVOLVIMENTISMO: LIMITES E POSSIBILIDADES FRENTE AO DEBATE ATUAL

Rafael de Azevedo Ramires LEÃO¹
Vinicius Rezende Carretoni VAZ²

RESUMO: A teoria novo-desenvolvimentista ainda está sobre construção. Contudo, já existem críticas elaboradas pelas demais correntes hegemônicas de pensamento econômico no Brasil, tanto ortodoxas como heterodoxas. Este trabalho buscou reunir o conjunto de críticas de maior evidência, além de encontrar seus pontos consoantes. Não obstante, desde a crise do desenvolvimentismo clássico, nenhuma corrente de pensamento econômico se centrou em produzir uma estratégia pautada na industrialização, apesar de algumas correntes se colocarem enquanto herdeiras do desenvolvimentismo clássico. A sistematização das críticas e análises das propostas das correntes citadas pode contribuir para compreensão dos projetos atuais que se propõe a preencher este espaço dentro do campo heterodoxo.

PALAVRAS-CHAVES: Desenvolvimento econômico. Novo desenvolvimentismo. Ortodoxia liberal. Social desenvolvimentismo. Críticas.

THE NEW DEVELOPMENTALISM: LIMITS AND POSSIBILITIES IN THE FACE OF THE CURRENT DEBATE

ABSTRACT: *The new developmental theory is still under construction. However, there are already critiques elaborated by other hegemonic currents of economic thought in Brazil, both orthodox and heterodox. This paper sought to gather the most evident set of assessment,*

¹ Fundação Getúlio Vargas (Fgv), Escola de Administração de Empresas. São Paulo – SP – Brasil. Doutorando em Administração Pública. rafael.leao@fgv.edu.br.

² Universidade de São Paulo (Usp), Programa Interunidades em Integração da América Latina. São Paulo – SP – Brasil. Doutorando. vinicius_vaz@usp.br.

alongside their consonant points. Nevertheless, since the crisis of classical developmentalism, no line of economic thinking has focused on producing a strategy focus on the industrialization, although some currents stand as heirs of classical developmentalism. The systematization of the criticisms and analyzes of the proposals of the mentioned lines can contribute to the understanding of the current projects that intend to fill this gap within the heterodox field.

KEYWORDS: *Economic development. New developmentalism. Liberal orthodoxy. Social developmentalism. Criticism.*

Introdução

A teoria novo desenvolvimentista começou a ser esboçada pelos seus principais expoentes no início dos anos 2000 no Brasil e ainda se encontra em estágio de construção. A princípio, esta teoria nasce como uma proposta de evolução do modelo nacional desenvolvimentista e uma alternativa ao modelo ortodoxo liberal. Seu principal objetivo é dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico de países de renda média, que já realizaram seu processo de industrialização e estão em processo de *catching-up* (alcançamento) dos países avançados.

Conforme poderia se esperar, essa teoria econômica tem recebido críticas das demais correntes do pensamento econômico no Brasil, disputando a narrativa sobre diagnósticos e soluções para o desenvolvimento econômico. O presente trabalho buscou através da análise bibliográfica, sintetizar as principais críticas das demais correntes teóricas, à saber, ortodoxa liberal, marxista e social desenvolvimentista, no tocante a teoria novo desenvolvimentista, para então compreender se a teoria novo desenvolvimentista é capaz preencher o vácuo deixado pela derrocada do nacional-desenvolvimentismo, não se propondo a rebater ou encerrar o debate acerca do tema.

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira buscou fazer um resumo das principais ideias do novo desenvolvimentismo, comparando-o com o modelo nacional desenvolvimentista. A segunda seção traz as principais críticas elaboradas pela corrente ortodoxa liberal, na visão de Lisboa e Pessoa (2016). Na terceira seção, são reunidas as críticas heterodoxas de Rodrigo Castelo (2012), Gonçalves (2012) e Morais e Saad Filho (2011), e em seguida pelos expoentes da visão social-desenvolvimentista Costa (2012) e Bastos (2012), dentre outros. Por fim, na quarta seção apresenta-se as conclusões do trabalho.

A Teoria Novo Desenvolvimentista e Suas Proposições

A teoria novo desenvolvimentista é uma teoria econômica que encontra-se ainda em plena elaboração, tendo como seus principais formuladores teóricos e expoentes Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Luis Oreiro e Nelson Marconi (2016) que em conjunto publicaram o livro *Macroeconomia do Desenvolvimento* reunindo os principais conceitos teóricos do modelo novo desenvolvimentista. Além destes, podemos citar também, Paulo Gala, Carmem Feijó, Eliane Araújo e André Nassif, dentre outros. A teoria novo desenvolvimentista se abre em duas frentes: (i) a microeconomia novo desenvolvimentista, que tem sua origem na economia política clássica, baseando-se na teoria do valor-trabalho e na tendência a equalização das taxas de lucros. E na teoria do desenvolvimento clássico, especialmente na conceituação de que crescimento econômico é industrialização ou sofisticação tecnológica (BRESSER-PEREIRA, 2017); (ii) a macroeconomia novo desenvolvimentista, que tem sua base na macroeconomia Keynesiana e Pós-keynesiana, com enfoque sobre a taxa de câmbio, a conta corrente e a taxa de lucro esperada. Seu principal interesse está na manutenção correta dos cinco preços macroeconômicos: a taxa de lucro, a taxa de juros, a taxa de câmbio, a taxa dos salários e a taxa de inflação (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Para compreender a teoria novo desenvolvimentista e em especial a crítica feita a esta pelas duas outras correntes de teoria econômica mais conhecidas, a neoliberal (ou ortodoxa) e a social desenvolvimentista, é necessário entender suas principais diferenças para com a teoria clássica do desenvolvimento econômico.

Bresser-Pereira apresenta nos anos iniciais do primeiro decênio do séc. XXI as bases de uma nova estratégia de acumulação de valor e desenvolvimento para um país já industrializado, como no caso o Brasil. Já tendo passado sua fase de industrialização, o que resta como objetivo à nação é continuar seu desenvolvimento gerando emprego e distribuindo a renda da acumulação prévia.

Esse novo modelo estratégico de desenvolvimento vem romper com o chamado “velho desenvolvimentismo” (nacional desenvolvimentismo) atuante entre as décadas de 1930 a 1970 e rivalizar com o modelo Neoliberal, que relega o desenvolvimento apenas aos mercados. Isto porque o Desenvolvimentismo clássico, de acordo com Bresser-Pereira (2006) não é uma teoria econômica, mas uma estratégia de desenvolvimento que utilizava teorias econômicas já formuladas para alcançar um desenvolvimento semelhante aos dos países centrais, opondo-se aos neoclássicos, que propunham utilizar das recomendações dos países ricos para desenvolver o Sul, dando ênfase no controle da oferta de moeda e da inflação.

Antes que pudesse montar sua estratégia nacional de desenvolvimento, sob a alcunha de Novo Desenvolvimentismo, Bresser-Pereira analisou sob que condições o modelo Nacional Desenvolvimentista foi gradualmente abandonado e substituído pelo modelo Ortodoxo convencional, subordinado às doutrinas externas, provenientes dos centros do capitalismo mundial.

Foram três grandes principais motivos que levaram ao declínio do antigo modelo de desenvolvimento e sua gradual substituição pelo modelo neoliberal, conforme citados por Bresser-Pereira. O primeiro tratava-se do próprio limite que o modelo de industrialização por substituição de importações se impunha.

A proteção à indústria nacional, ao voltar-se para o mercado e a redução do coeficiente de abertura de uma economia, mesmo que ela seja relativamente grande como a brasileira, está fortemente limitado pelas economias de escala. [...] Passada a fase inicial de substituição de importações nas indústrias de bens de consumo, o prosseguimento da industrialização implica em um aumento substancial da relação capital-trabalho, que terá duas conseqüências: a concentração da renda e a diminuição da produtividade do capital ou da relação produto-capital. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.7).

O segundo motivo foi a transição do pacto político brasileiro, de um Pacto Democrático Popular, iniciado logo nos anos trinta – que significava uma aliança entre a burguesia e a classe trabalhadora – para o Pacto Autoritário Modernizante, que perdia seu caráter popular e excluía do projeto de desenvolvimento as pautas dos trabalhadores, das esquerdas e da pequena burguesia (BRESSER-PEREIRA, 2014).

O terceiro e último motivo listado por Bresser-Pereira é a força de uma onda ideológica neoliberal que atingiu os países periféricos em desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2014). Este declínio ideológico do desenvolvimentismo, ocorrido principalmente após o fracasso do Plano Cruzado, deu margem à hegemonia externa e a ascensão do pensamento neoliberal (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

O que pode se observar depois da introdução dessa linha ideológica nas políticas e atuações dos Estados latino-americanos, foi seu fracasso em promover o desenvolvimento econômico, mesmo porque tal teoria havia sido desenvolvida fora do contexto e da realidade dos países em desenvolvimento. Não obstante, o problema fundamental estava relacionado à perda de controle do preço macroeconômico mais estratégico de uma economia aberta, a taxa de câmbio.

A aceitação das taxas constantemente valorizadas incorreu em perda de competitividade e saldos comerciais persistentemente deficitários. Além disso, no caso brasileiro, deixou-se de neutralizar a doença holandesa³, o que mantém sobre a taxa de câmbio uma tendência cíclica de apreciação. Tal fato, de acordo com a teoria novo desenvolvimentista, é determinante para explicar a quase-estagnação nos últimos 38 anos e o processo de desindustrialização da economia brasileira⁴ (MARCONI, 2015; BRESSER-PEREIRA, 2014). Marconi (2015), demonstra a necessidade de neutralização da doença holandesa:

Desta forma, o processo de doença holandesa levaria a uma reprimarização da pauta de exportações e ao aumento das importações de manufaturados nas economias que possuem significativas vantagens comparativas na produção de bens primários, à ampliação da demanda por não comercializáveis – derivada da elevação da renda interna –, à redução da participação da indústria no valor adicionado e das taxas de crescimento da economia. A neutralização do processo de doença holandesa e a desvalorização da moeda, por sua vez, altera o perfil das exportações na direção dos manufaturados, elevando a sua elasticidade-renda, e reduz a dependência das importações de manufaturados, diminuindo a sua elasticidade-renda, implicando em um relaxamento da restrição ao crescimento oriunda do balanço de pagamentos. (MARCONI, 2015, p.7).

Outro ponto importante da teoria novo desenvolvimentista está na forma em que ocorre a alteração na taxa de câmbio, que se dá através do controle de oferta de divisas estrangeiras, e criação de um imposto para elevação do custo de produção dos exportadores de commodities, a modo de reduzir sua oferta e beneficiar a manufatura, com a receita deste tributo, é possível oferecer garantias aos exportadores e utilizar em infraestrutura e investimentos públicos:

O imposto elevaria os custos de produção dos exportadores de commodities, que reduziriam sua oferta. Ao fazê-lo, alterariam a taxa de câm-

³ A doença holandesa é um conceito criado por Corden e Neary (1982) que tem este nome por conta do descobrimento de gás natural na Holanda nos anos 1960. Com ele, o florim se apreciou e a indústria moderna tornou-se menos competitiva, recebendo menos moeda local por dólar exportado, trazendo a desindustrialização.

⁴ Apesar da desindustrialização ser um fenômeno que tomou maior força no início do século, trabalhos como Eli Diniz e Renato Boschi (2004). Feijó, Carvalho e Almeida, (2005) demonstram que desde a década de 90 é possível observar a queda da complexidade tecnológica na composição da indústria, compreendendo esse processo não como uma desindustrialização no sentido “integral” do termo, mas como uma “depuração seletiva” ou “desindustrialização relativa.

bio de mercado para um patamar mais elevado, que corresponderia ao de equilíbrio industrial. Esses exportadores recuperariam suas margens anteriores, pois o aumento do imposto seria compensado pela depreciação cambial. E esse movimento beneficiaria também a manufatura, que necessita desse novo patamar de taxa de câmbio para ser competitiva. [...] é importante que a criação do imposto seja complementada pelo controle da oferta de divisas estrangeiras; a receita do tributo deve ser direcionada para um fundo soberano, que preveja também garantias aos exportadores para cenários de oscilações negativas dos preços das commodities (como propõe Bresser-Pereira), e possa ser utilizado em investimentos públicos, em infraestrutura ou na área social, no futuro. (MARCONI, 2015, p.15).

É dentro deste contexto que se tem a gênese do pensamento Novo Desenvolvimentista, que se propõe a ocupar o espaço teórico deixado pelo antigo Desenvolvimentismo, se apresentando como a alternativa adequada no lugar da ortodoxia convencional. Para tal, Bresser-Pereira salienta que se deva existir, ou mesmo resgatar, a identidade de nação de outrora. Tal fundamento e ideologia são importantes, pois não se trata de empresas que competem em um nível mundial, mas sim de Estados-Nação imperialistas que procuram acumular valor ao longo do tempo e, além disso, é necessário a integração e o comprometimento das classes existentes na sociedade para com esse desenvolvimento econômico.

O novo desenvolvimentismo, assim como o nacional-desenvolvimentismo da década de 1950, ao mesmo tempo supõe a existência e implica a formação de uma verdadeira nação, capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento informal, aberta, como é próprio de sociedades democráticas cujas economias são coordenadas pelo mercado. [...] A nação, portanto, como o Estado moderno, só tem sentido no quadro do Estado-Nação, que surge com o capitalismo. [...] A nação envolve uma solidariedade básica entre as classes quando se trata de competir internacionalmente. Empresários, trabalhadores, burocratas do Estado, classe média profissional e intelectuais podem entrar em conflitos entre si, mas sabem que têm um destino comum, e que este depende de seu êxito em participar de forma competitiva do mundo dos Estados-Nação. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.10).

Como principal diferença entre o antigo e o novo modelo, o autor vai pontuar que o contexto entre um e o outro modelo mudou. No primeiro, a indústria

ainda era incipiente, enquanto esta nova abordagem parte de uma indústria sólida e previamente estabelecida. Ademais, as políticas econômicas deveriam reduzir seu grau de protecionismo e adotar políticas de competitividade, voltando seus setores para a exportação principalmente de produtos com elevado valor agregado como estratégia central do modelo Novo Desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2010).

De acordo com Bresser-Pereira, esse modelo baseado em crescimento através de exportações é melhor por dois fatores. Em primeiro lugar, o fato de que o mercado para as indústrias não fica restrito apenas ao mercado interno do país e sim passa a se integrar com os mercados mundiais. Em segundo lugar, tal modelo consegue selecionar melhor as empresas capazes de competir, tanto a nível nacional como a nível internacional. O antigo modelo de substituição de importações acabava por gerar empresas ineficientes ou proteger as que já eram ineficientes. Neste novo modelo a chance de isso acontecer reduz, através da disciplina de mercado (BRESSER-PEREIRA, 2006).

A segunda diferença básica com relação ao antigo desenvolvimentismo é que no novo desenvolvimentismo, existe a rejeição das ideias equivocadas baseadas em crescimento através do déficit público e complacência com elevadas taxas de inflação. Segundo Bresser-Pereira, isso ocorre devido a uma má interpretação das ideias de Keynes anteriormente.

[...] Keynes assinalou a importância da demanda agregada, e legitimou o recurso a déficits fiscais em momentos de recessão. No entanto, jamais defendeu déficits públicos crônicos. Seu pressuposto foi sempre o de que uma economia nacional equilibrada, do ponto de vista fiscal, poderia, por um breve período, sair do equilíbrio para restabelecer o nível de emprego. [...] o que o novo desenvolvimentismo defende com firmeza. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.15).

Por fim, a última grande diferença do antigo modelo desenvolvimentista é que o Estado agora não é mais o condutor de parte substancial dos investimentos necessários e sim os empresários, apesar ainda do estado ter como função a de promovedor de poupança forçada e investir em determinados setores estratégicos. Com base nestas postulações, Bresser-Pereira elaborou o seguinte quadro para melhor entendimento e que sintetiza as diferenças entre os dois modelos, Antigo Desenvolvimentismo e Novo Desenvolvimentismo.

Quadro 1 – Comparação entre os dois modelos

Antigo Desenvolvimentismo	Novo Desenvolvimentismo
A industrialização é baseada na substituição de importações.	Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte
O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.	O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.
A política industrial é central.	A política industrial é subsidiária.
Atitude mista em relação aos déficits orçamentários.	Rejeição dos déficits fiscais.
Relativa complacência com a inflação.	Sem complacência com a inflação.

Fonte: Bresser-Pereira (2010, p.22).

Por último, mas não menos importante, e o ponto pela qual a teoria do novo desenvolvimentista recebe a maior parte da sua crítica e onde está também sua grande contribuição, encontra-se na interpretação sobre duas determinantes: taxa de câmbio e política cambial. Primeiramente, a teoria novo desenvolvimentista atribui uma correspondência entre a taxa de câmbio e o resultado da conta corrente do balanço de pagamentos da economia, na qual, taxas de câmbio mais apreciadas estão diretamente correlacionadas com déficits em conta corrente. De tal sorte, existe uma determinada taxa de câmbio, mais desvalorizada, que equilibra o saldo da conta corrente e outras taxas de câmbio, mais desvalorizadas, que geram superávit nas transações correntes (MARCONI, 2015; BRESSER-PEREIRA, 2017).

Além disto, a teoria novo desenvolvimentista propõe que a taxa de câmbio não é somente determinada pela oferta e demanda, mas também pelo *valor*. Partindo da interpretação que todos bens e serviços possuem preço e valor, logo as divisas internacionais também os possuem. De maneira simples, o valor do dinheiro estrangeiro é determinado pelo valor que cobre os *custos mais o lucro razoável* das companhias que participam no mercado internacional e este valor “depende das variações do custo unitário do trabalho comparativo do país” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p.10). Partindo desta elaboração teórica, um país na presença de doença holandesa terá além do equilíbrio da conta corrente, a existência de um equilíbrio industrial, ponto no qual é a taxa de câmbio equilibra a taxa de lucro das empresas doméstica com seus pares concorrentes internacionais. Este equilíbrio industrial corresponde a taxas de câmbio mais desvaloriza-

das, e a sua distância para a taxa de câmbio que equilibra a conta corrente determina a severidade da doença holandesa no país (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Partindo desta elaboração teórica, Bresser-Pereira destaca outros três fatores determinantes da taxa de câmbio, correlacionados a condução das políticas econômicas “usuais”:

Besides depending on the terms of trade, the supply and demand for foreign money depends on the capital flows which, on their turn, depends on the interest rate in the country compared with the interest rate on its competing countries, and on financial speculation, particularly the carry trade practice. Instead of saying that the demand and supply depends on the interest rate, we may say, adopting a historical approach, that they depend the three “usual policies” that developing countries usually adopt; not only on the central banks’ practice of defining a high level for the interest rate, but also on two related policies, the growth with foreign indebtedness policy, and the use of the exchange rate as a monetary anchor to control inflation (BRESSER-PEREIRA, 2017, p.11).

A teoria novo desenvolvimentista é bastante crítica com relação ao modelo neoliberal que defende uma taxa básica de juros alta, bem como endividamento externo, ou crescimento com poupança externa, associado ao déficit em conta corrente financiado ou por empréstimos internacionais ou investimentos diretos no país. Além do mais, esta teoria também critica o uso da taxa de câmbio como ancora inflacionária. Sendo assim, existem, portanto, três fatores que determinam a taxa de câmbio, explicando sua flutuação ao redor do equilíbrio. Estes fatores são: (i) o valor das divisas externas, (ii) a doença holandesa e (iii) as políticas econômicas “usuais”. Na presença desses fatores, a flutuação cambial além de volátil possui um sentido, que é de tendência cíclica e crônica de apreciação da taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2017). A presença destes fatores numa economia em desenvolvimento impede a realização do *alcançamento* das economias centrais, impondo sobre esta economia em desenvolvimento o regime de *stop-go* do crescimento econômico. Essa é uma das teses centrais da teoria novo desenvolvimentista.

Partindo de tais constatações, deriva-se a necessidade da desvalorização cambial defendida pelos seus expoentes de maneira a corrigir a distorção ocasionada na taxa de câmbio, neutralizando a doença holandesa, além da mudança na condução das políticas econômicas usuais, que contrabalanceariam a tendência cíclica e crônica de apreciação da taxa de câmbio. O novo desenvolvimentismo

apoiar-se também na execução de políticas industriais, que agiriam em complementariedade a política macroeconômica de maneira estratégica, ajudando a manter “correto” os cinco preços da economia (taxa de lucro, taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de salário e taxa de inflação).

Em nível microeconômico, o novo desenvolvimentismo defende que o liberalismo econômico é a maneira mais eficiente de coordenação dos agentes econômicos competitivos, porém, existe espaço neste ambiente para a execução de políticas industriais “seletivas ou estratégicas”, especialmente onde a solução de mercado é ineficiente, como no caso de setores não-competitivos (infraestrutura, indústrias de insumos básicos, etc.), e o planejamento estatal não só faz sentido, como é necessário, não obstante, a política industrial não é a preponderante, e sim a política macroeconômica (BRESSER-PEREIRA, 2017).

É em cima destes postulados da teoria novo desenvolvimentista, bem como as recomendações de condução de políticas econômicas (macroeconômica e microeconômica), que buscou-se levantar a crítica feita pelas outras correntes hegemônicas do pensamento econômico no Brasil, a ortodoxa (neoliberal), a marxista heterodoxa e a social desenvolvimentista.

A oposição ortodoxa liberal

O campo econômico no Brasil, em grande medida, é dominado pelos expoentes da teoria econômica ortodoxa liberal, bastante conhecida por apenas (ou quase integralmente) acreditar em soluções de mercado e atribuir grande parte da ineficiência econômica à presença do Estado de alguma sorte. Com a ascensão da classe capitalista financeiro-rentista, muitos economistas passaram a desempenhar papel importante como “intelectuais orgânicos desta classe”, de maneira a justificar com argumentos hipotético-dedutivos “o poder e os privilégios destes e seus próprios por meio da economia neoclássica e da ideologia neoliberal” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.1). A respeito das críticas elaboradas pela ortodoxia liberal no Brasil sobre a teoria novo desenvolvimentistas, ainda se encontram poucas produções científicas. Desta maneira, o presente artigo se concentrará nas críticas elaborados por Marcos Lisboa (Insper) e Samuel Pessoa (IBRE/FGV).

A principal crítica feita por esses autores é justamente sobre dois pontos nevrálgicos da teoria novo desenvolvimentista: a questão do desenvolvimento industrial como relevante para o processo de desenvolvimento econômico; e a política cambial proposta por esta teoria, considerada “intervencionista demais e de difícil implementação no Brasil” (LISBOA; PESSOA, 2016, p.181). Com

respeito a questão do desenvolvimento industrial, bem como propostas de políticas públicas que objetivem o desenvolvimento deste setor, os autores defendem que “Não há evidências, no entanto, de externalidades relevantes que justifiquem políticas específicas para a indústria. Os preços de mercado parecem precificar corretamente o valor social da atividade industrial” e que outras externalidades na economia são mais importantes e possuem evidências mais fortes, como é o caso da Educação Fundamental e que estas devem ser priorizadas pelas políticas públicas. (LISBOA; PESSOA, 2016, p.181-182).

Os autores também apontam o fato de a causalidade ser difícil de ser comprovada, mesmo para o setor da educação, além de desconhecem trabalhos microeconômicos que apontem evidências da existência de externalidades importantes ligadas ao setor industrial. Adicionam à crítica realizada que a indústria não deve sofrer de imperfeições no mercado de crédito, dado que por ser um setor tangível, possui bons colaterais, portanto, não se justificaria políticas públicas voltadas para a solução deste problema. Contra a argumentação de que o desenvolvimento industrial resultaria na elevação da produtividade da economia, Lisboa e Pessoa (2016) citam quatro argumentos principais: (i) educação e acumulação de capital explicam menos da metade do diferencial de renda entre os países; (ii) a maior parte deste diferencial é explicada pela qualidade das instituições; (iii) a menor produtividade do setor de serviços na comparação com países já desenvolvidos explica de maneira relevante o diferencial de renda; (iv) a indústria é menos produtiva nos países de renda média, comparado com os países desenvolvidos, devido a existência de uma proporção elevada de empresas de baixa produtividade, maior do que nos países desenvolvidos e que essas empresas disputam fatores de produção com outras empresas mais eficientes. Também destacam pesquisas recentes que apontam que a produtividade no setor de serviços está estreitamente ligada com o desenvolvimento industrial. Em suas próprias palavras:

Adicionalmente, a pesquisa recente sugere que há uma estreita ligação entre a eficiência no setor de serviços e o desenvolvimento da indústria manufatureira. Os ganhos de produtividade e a continuada integração dos mercados demanda que qualquer esforço de desenvolvimento da indústria manufatureira requeira estratégia de promoção de exportações e o maior acesso a outros mercados. Trabalho recente de Blum et al. (2016) sugere haver forte relação entre a capacidade exportadora de bens manufaturados, principalmente de alta complexidade, e o custo da estrutura de distribuição de cada país. Os custos dos serviços de distribuição são mais relevantes

para os bens mais sofisticados, e podem impedir o seu desenvolvimento. (LISBOA; PESSOA, 2016, p.184).

O segundo ponto da crítica ortodoxa liberal trata da política cambial proposta pela teoria novo desenvolvimentista. O novo desenvolvimentismo sugere que para corrigir as distorções na taxa de câmbio, conforme descrito na seção anterior, seria necessária a desvalorização da taxa de câmbio, promovendo as exportações dos setores competitivos de maior valor agregado e acumulando superávits em conta corrente o que evitaria o crescimento com poupança externa. Os autores ressaltam a existência de pesquisas e evidências neste sentido que contribuem com a teoria novo desenvolvimentista:

Entretanto, Rodrik apenas mostra que existe uma correlação entre câmbio desvalorizado e um crescimento econômico maior para países emergentes. [...] Esse resultado poderia ser igualmente obtido por meio de alguma tarifa de importação e subsídio à exportação. Rodrik, porém, argumenta que os atuais acordos comerciais limitam muito o espaço dos Estados em promoverem essas políticas amplamente adotadas no século passado. A maior dificuldade com a proposta de Rodrik de promover desvalorização do câmbio real, porém, é que a política somente funciona se, após sua implantação, o superávit de conta corrente aumentar, isto é, se a política for capaz de aumentar a poupança doméstica (LISBOA; PESSOA, 2016, p.185-186).

Ainda em seu trabalho, Lisboa e Pessoa (2016) citam a pesquisa conduzida por Levy Yeyati e Sturzenegger (2007), que chega à conclusão que a política de intervenção na taxa de câmbio possui algum efeito sobre a taxa de crescimento, mas que se deve mais ao fato da elevação da poupança e do investimento, do que pelo aumento das exportações ou da redução das importações.

O trabalho mostra que o impacto das intervenções é aumentar a inflação ao produtor e, portanto, promover transferência de renda dos trabalhadores para os produtores. O aumento da participação do capital na renda, dado que a propensão marginal a poupar dos capitalistas é maior do que a dos trabalhadores, explica o aumento da taxa de poupança que financia o aumento do investimento. [...] Assim, há alguma evidência de que a proposta de política econômico novo-desenvolvimentista pode ser eficaz. O canal seria a redução da participação dos salários na renda, resultado

conhecido desde a formulação do modelo de Kaldor-Pasinetti (LISBOA; PESSOA, 2016, p.187).

A respeito deste segundo ponto, os autores concluem que apesar deste mecanismo ser possivelmente eficaz, as implicações sociais que a desvalorização cambial terá ao ocasionar o deslocamento da renda do trabalho para o capital requer passar por escolhas democráticas da política pública, que impõe restrições políticas a esta medida, que caso não superadas, apenas resultará em inflação mais elevada e nenhum impacto no crescimento, visto que haveria perda de renda real dos trabalhadores num primeiro momento (LISBOA; PESSOA, 2016, p.187).

As críticas da heterodoxia marxista

O segundo campo crítico à teoria novo desenvolvimentista encontra-se dentro do próprio pensamento heterodoxo⁵. No presente artigo trataremos das críticas a esta teoria, elaboradas pelos autores Reinaldo Gonçalves (UFRJ), Rodrigo Castelo, Morais e Saad-Filho.

Reinaldo Gonçalves (2012) utiliza do instrumental marxista da teoria do capitalismo dependente no Brasil para elaborar suas críticas com relação às formulações teóricas do novo desenvolvimentismo, defendendo que este último permanece ligado aos preceitos liberais do Consenso de Washington, portanto, deve ser compreendido como uma teoria alternativa, porém, ainda liberal ao desenvolvimentismo nacional (ou velho desenvolvimentismo, conforme observamos na primeira seção deste artigo). Gonçalves (2012) em sua crítica, começa destacando o papel demasiadamente importante dado pela teoria novo desenvolvimentista ao gerenciamento das políticas macroeconômicas. Em seguida, sua crítica se estende à estratégia de crescimento econômico por via do aumento das exportações, em contraposição ao modelo velho desenvolvimentista:

No confronto com o nacional-desenvolvimentismo, o destaque é, sem dúvida alguma, a questão do motor do crescimento econômico: no nacional desenvolvimentismo o motor é a absorção interna (consumo, investimento e gasto público) enquanto que no novo desenvolvimento o motor do crescimento é a exportação (*export-led growth*). Neste sentido, o novo-desenvolvimentismo aproxima-se bastante do modelo de crescimento

⁵ O Objetivo deste artigo não perpassa por analisar o pensamento marxista não-heterodoxo, que desde o desenvolvimentismo clássico, nega a possibilidade de desenvolvimento nacional dentro do capitalismo, dentre seus teóricos ver Sampaio Júnior (2012).

orientado para fora que foi defendido pelo Banco Mundial nos anos 1980. Este modelo baseia-se no argumento equivocado de que há relação positiva entre crescimento das exportações e crescimento da renda. Há 3 décadas esta relação é questionada e já se sabe que ‘a história fornece ampla evidência de casos onde a relação exportação-crescimento foi interrompida. De fato, o aumento das exportações pode reduzir o crescimento ao desviar a atenção da necessidade de se desenvolver novas indústrias ou se adaptar às novas condições tecnológicas. Dado que alguns países em desenvolvimento enfatizam a expansão das exportações, o perigo de ignorar estas questões é real.’ (BALLANCE; ANSARI; SINGER, 1982, p. 164 *apud* GONÇALVES, 2012, p.657-658).

Gonçalves ainda argumenta que a teoria novo desenvolvimentista carece de evidências, apoiando-se em “apresentação de afirmativas que não tem apoio ou são até mesmo negadas pela literatura sobre desenvolvimento econômico e experiências históricas comparadas” (GONÇALVES, 2012, p.16). Desta maneira, tece sua crítica com relação a proposição teórica da existência da tendência cíclica e crônica da apreciação da taxa de câmbio e a tendência dos salários a crescerem mais lentamente que a produtividade.

Outro elemento citado por Gonçalves é o fato do tema da “vulnerabilidade externa estrutural” não ser tratado pela teoria novo desenvolvimentista e que uma estratégia de crescimento puxada por exportações tenderia a gerar “risco de viés da fronteira da produção na direção do setor primário e reprimarização das exportações” (GONÇALVES, 2012, p. 17). O autor também destaca que existe a superestimação da política macroeconômica, ao passo que a política industrial na teoria novo desenvolvimentista é relegada a um papel secundário, enquanto no velho desenvolvimentismo a política industrial era central e promovida pelo Estado. Em síntese, Gonçalves destaca que inúmeras questões não são tratadas pela nova corrente, como as mudanças na estrutura de propriedade, a estrutura tributária e a distribuição de riqueza (GONÇALVES, 2012).

Em seguida, o autor parte para a análise do papel do estado formulado pela teoria novo desenvolvimentista, concluindo que há negligência com relação a influência das classes e setores dominantes, desconhecendo os conflitos de classes existentes na economia (GONÇALVES, 2012). Então, o autor conclui que a teoria novo desenvolvimentista está centrada no espectro do liberalismo econômico, uma vez que há:

Baixa propensão a políticas setoriais; liberalização comercial; ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto; minimização da função alocativa do estado (investimento, políticas setoriais e planejamento); incorporação da função distributiva do estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda mas ignora a distribuição de riqueza); defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e de governo (função reguladora do estado); e grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal). (GONÇALVES, 2012, p. 18).

Sendo assim, para Gonçalves (2012) o novo desenvolvimentismo seria face de uma mesma moeda da política neoliberal de gestão do “capitalismo periférico” imposta pelos países centrais.

Outra crítica ao pensamento novo-desenvolvimentista se encontra nas obras de Rodrigo Castelo (2012, p.615), tanto em relação novo-desenvolvimentismo – que o autor intitula como “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” – quanto do social-desenvolvimentismo. O autor associa as mudanças em relação ao desenvolvimentismo clássico com um avanço no grau de “deca-dência ideológica” que se encontra o debate acerca da nova etapa do desenvolvimento brasileiro.

Um dos motivos converge com a crítica de Reinaldo Gonçalves (2012), afirmando que os novos projetos desenvolvimentistas são incapazes de propor reformas estruturais com apoio popular e avanço das lutas anti-imperialistas:

A despeito dos limites das lutas nacional-desenvolvimentistas, eles falavam em reformas estruturais com apoio popular, lutas anti-imperialistas e anti latifundiárias para pôr fim ao subdesenvolvimento. Hoje, o novo desenvolvimentismo reduz as lutas de classes ao controle das políticas externa, econômica e social para operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo. A grande política é, portanto, esvaziada do seu poder transformador, dando lugar a uma política de gestão técnica dos recursos orçamentários, como se a distribuição da riqueza nacional e a apropriação da mais-valia não se tratasse de uma questão de organização e força das classes sociais, tal qual defendiam a economia política clássica e a crítica da economia política (CASTELO, 2012, p.630).

Especificamente em relação ao novo desenvolvimentismo, as críticas parecem se restringir a respeito da fundação histórica da corrente, bem como da história de seus formuladores, principalmente na figura de Bresser-Pereira. Castelo se incomoda com o fato deste ter sido fundador do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), partido responsável pelos maiores avanços do neoliberalismo no Brasil, no qual o autor acusa também ser o “berço” do novo-desenvolvimentismo (CASTELO, 2012).

A crítica não procede, primeiramente, pelo fato do novo desenvolvimentismo criticar boa parte da política econômica do PSDB, o próprio Bresser-Pereira, em seu livro “A construção política do Brasil” onde faz profundas críticas a respeito do caminho que o PSDB tomou após a inserção de Fernando Henrique Cardoso na presidência:

O candidato de um partido moderno que se supunha social-democrático como seu nome indicava, o PSDB, poderia assegurar ao país um equilibrado desenvolvimento econômico e social, sem cair nas velhas malhas do velho populismo, nem do novo neoliberalismo que vinha do Norte. Entre essas duas alternativas polares o novo governo surgia como uma esperança. Entretanto, não foi isso que ocorreu. O governo não foi social-democrático, de centro-esquerda; nem adotou uma política desenvolvimentista moderna, não populista, mas se opôs ao desenvolvimentismo e a uma opção nacional. (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.319-320).

Ademais, boa parte de sua crítica, inclusive a respeito da necessidade de desvalorização cambial, foi formalizada em uma carta de novembro de 1996. Assim sendo, o novo desenvolvimentismo não floresceu no berço do PSDB, como afirma o autor.

Outra crítica se volta ao fato de Bresser-Pereira não se dedicar a uma explicação de como se alinharia o projeto desenvolvimentista a questão da “equidade social”, particularmente na obra “Novo-Desenvolvimentismo: Crescimento com equidade social” de 2005. Esta crítica também é compartilhada pelos pensadores Gonçalves, Saad-Filho e Moraes. Para estes, a falta de ênfase no desenvolvimento do mercado interno acaba por aproximar o novo-desenvolvimentismo ao neoes-
truturalismo cepalino da década de 1990:

O grande ausente na literatura novo-desenvolvimentista é a ênfase na ampliação do mercado interno, um dos mais destacados pilares do estruturalismo cepalino. Essa ausência é contraposta pelo realce dado ao comércio

externo e à competitividade internacional. Essa abordagem aproxima o novo-desenvolvimentismo do pensamento neoestruturalista presente na literatura da Cepal nos anos 1990, sendo justificada pela emergência de uma nova revolução tecnológica e da globalização. (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p.515).

No caso de Castelo, o autor insere esta discussão ao comparar contribuições do prefácio de Sicsú, Paula e Michel (2005), com a contribuição de Bresser-Pereira. Especificamente esta obra, no entanto, são apresentados diversos autores que se propõe a iniciar o debate acerca da fundação da corrente novo-desenvolvimentista, discutindo não só questões macroeconômicas, como também conjuntura nacional, possibilidades políticas e a necessidade de políticas sociais, dentre estas, políticas voltadas para a questão de desigualdade racial, como foi feito através da contribuição de Marcelo Paixão (2005), por exemplo. Faz, portanto, pouco sentido centralizar em somente um autor – independentemente de sua importância para a corrente – a necessidade de preencher discussões em diversos temas. Ademais, o próprio Bresser-Pereira, acaba por responder a estas críticas posteriormente:

[...] há a alegação de que o Novo Desenvolvimentismo não é social, demonstra pouca preocupação com a desigualdade. Já deve estar claro que essa crítica não é aceitável. A redução da desigualdade é um objetivo dos mais importantes nas sociedades capitalistas, que são inerentemente desiguais ou injustas. Mas isso não significa que as políticas propostas devam sempre expressar os interesses de curto prazo dos trabalhadores ou dos pobres. (BRESSER-PEREIRA, 2016 p.247).

Outros autores alinhados ao novo-desenvolvimentismo, Roberto Frenkel e Martín Rapetti (2011), demonstram que a defesa do emprego e da estrutura produtiva nacional só é possível através da neutralização da doença holandesa. Ao analisar diversos casos na América Latina, constatam que a doença holandesa pode ter impactos que em curto prazo parecem imperceptíveis, porém, pode desencadear reflexos mais profundos até mesmo que crises financeiras e externas. Em longo prazo, a defesa da economia real acaba por ser mais importante do que políticas compensatórias no campo social, pois na defesa da competitividade reside a defesa do valor agregado e de empregos mais estáveis.

La evidencia presentada sugiere que, al menos en Brasil, Chile, Colombia, México y los países de América Central examinados, la rentabilidad del sector transable se ha ido reduciendo significativamente en los últimos años. Cabría esperar que esto afecte negativamente el desempeño de estos sectores y del empleo en la economía. La evaluación de la apreciación cambiaria es problemática porque los efectos negativos de la pérdida de rentabilidad industrial demoran en manifestarse. Ante la pérdida de competitividad, algunas firmas cierran (principalmente PyMES) o liquidan su actividad productiva local. Las empresas sobrevivientes adoptan estrategias defensivas (reducción de personal y valor agregado local, simplificación de líneas de producción). En conjunto, la adaptación al contexto de TCR apreciado se traduce en un proceso gradual de contracción del valor agregado y el empleo industrial, cuyos efectos sobre la actividad y el empleo agregados de la economía toman tiempo en evidenciarse. (FRENKEL; RAPETTI, 2011, p.25).

Assim sendo, a preocupação do novo-desenvolvimentismo com o desenvolvimento social reside na avaliação de que o desenvolvimento tecnológico e industrial, que torne o setor produtivo competitivo, é a ferramenta fundamental para atingir um salto no desenvolvimento social.

A Crítica Social-desenvolvimentista

Em relação a crítica elaborada pelos expoentes da corrente denominada social-desenvolvimentista, aqui exposta à luz dos trabalhos conduzidos por Fernando Nogueira da Costa (2012) e Pedro Paulo Zaluth Bastos (2012), a crítica é centrada no papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico e do processo distributivo de renda, bem como às raízes teóricas nas quais se apoiam a teoria novo desenvolvimentista.

Denominada por Bastos (2012, p.784) como “desenvolvimentismo exportador do setor privado”, o autor busca ressaltar que esta teoria sempre esteve pautada apenas em reformas e críticas à gestão macroeconômica dos governos como estratégia suficiente para a garantia do desenvolvimento, pós período de redemocratização do Brasil

Ao identificar Bresser-Pereira como o grande expoente desta corrente teórica da economia, Bastos (2012) diferentemente de Castelo (2012) reconhece que este se opôs à posição de seu ex-partido (PSDB) no que tange a questão da distribuição de renda, destacando:

[...] as posições de Bresser-Pereira parecem representar a visão mais sistemática da estratégia do desenvolvimentismo exportador do setor privado. Em contrapartida, sua posição sobre a questão da distribuição de renda não será tomada integralmente como representativa da posição original da corrente *e/* ou de seu ex-partido. A respeito da distribuição, o argumento de Bresser-Pereira é que, ao modo de Arthur Lewis, haveria uma tendência estrutural à determinação dos salários abaixo da produtividade industrial em razão da oferta ilimitada de mão de obra. Para evitar isso, o governo deveria praticar uma política de rendas que assegurasse a transferência de ganhos de produtividade para os salários. (BASTOS, 2012, p. 786).

Acerca desta questão sobre a oferta ilimitada de mão de obra, Costa (2012) argumenta que “não se sustenta”, primeiramente, por acreditar que “não é a poupança *ex-ante* que determina o investimento, mas é este que, devidamente financiado internamente, determina a poupança *ex-post*”; e em segundo lugar, “porque os ricos têm alta propensão a consumir e seu consumo tende a se dirigir para bens importados”. Concluindo que, no longo prazo, “a elevação dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade é compatível com a manutenção da taxa de lucro em nível satisfatório, desde que o progresso técnico seja neutro” (COSTA, 2012, p. 20). Noutro ponto da crítica elaborada, Bastos (2012) destaca que:

A estratégia proposta pela corrente exportadora envolveu basicamente um elogio à indústria nacional e à sua capacidade de exportar e uma crítica ao que a impediria de exportar mais: a apreciação cambial trazida pela combinação entre abertura financeira e elevado diferencial de taxa de juros (diferencial esse explicado pelo déficit público). À diferença de uma mera defesa particularista dos interesses dos exportadores industriais, não pretende apenas aumentar as exportações industriais, mas fazer delas o motor do crescimento do sistema ou, ao menos, o bálsamo capaz de expurgar o sistema dos males do velho desenvolvimentismo e do neoliberalismo. (BASTOS, 2012, p. 787).

Costa (2012) também argumenta que a existência da tendência crônica e cíclica da apreciação cambial seria uma “manobra intelectual” do novo-desenvolvimentismo, que se centraria demasiadamente na neutralização desta tendência, ao passo que a política industrial forjada pelo novo desenvolvimentismo, se limitaria ao apoio temporário para as empresas até que consigam se sustentar

sozinhas no mercado competitivo internacional, ou “oferecer outras condições infraestruturais para que a competitividade internacional” seja assegurada e as empresas desenvolvam-se (BASTOS, 2012, p. 788). Portanto, no que tange o papel do Estado na teoria novo desenvolvimentista, os ideólogos do social desenvolvimentismo destacam que a teoria aspira ao crescimento do papel do mercado em detrimento do Estado, que não apresentaria funções protecionistas e que reduziria o estado ao papel de gestor macroeconômico, cabendo ao mercado a tarefa de alocador eficiente de recursos. (BASTOS, 2012; COSTA, 2012).

Desta maneira, para a corrente social desenvolvimentista, a intervenção estatal deve ir além da condução das políticas macroeconômicas, centralizando, planejando e direcionando investimentos na economia à frente da demanda e mesmo se envolvendo na produção direta em alguns setores. Contudo, identificam que a teoria novo desenvolvimentista não defende a rápida abertura dos mercados, nem a completa abertura financeira das economias em desenvolvimento:

À diferença do neoliberalismo, critica o excesso de abertura comercial sem reciprocidades e, especialmente, a abertura financeira e a especialização em exportações de produtos básicos, uma vez que produziram a aludida apreciação cambial. (BASTOS, 2012, p. 788).

O fato de a estratégia não ser protecionista não significa que os países devam estar dispostos à abertura indiscriminada. Devem negociar, pragmaticamente, aberturas comerciais com contrapartida, não renunciar a políticas industriais, e evitar plena abertura financeira. (COSTA, 2012, p. 21).

Estendendo-se um pouco mais em sua crítica, Bastos argumenta que o diagnóstico a respeito do esgotamento do processo de substituição de importações e do mercado interno como indutor do crescimento da economia se assemelha ao diagnóstico neoliberal, apesar da “origem” do esgotamento ser distinto entre as duas interpretações. Duas questões se voltam à centralidade da crítica desenvolvida pelo social desenvolvimentismo. Sendo a primeira, que a teoria novo desenvolvimentista defende a desvalorização cambial para que a taxa de câmbio atinja o equilíbrio industrial, este fato ocasionaria um “impacto distributivo favorável aos industriais” que “seria acompanhado de aumento da inflação e queda dos salários reais, em um típico processo de socialização dos prejuízos” (BASTOS, 2012, p. 791).

E a segunda a respeito da condução da política fiscal, que seria restritiva e objetivaria reduzir o diferencial de juros e a realização de superávits nominais para financiar o aumento do ritmo de compra de reservas cambiais pelo governo. Tal fato, levaria o governo a ser ainda mais austero, o que teria como efeito líquido a contração na demanda agregada (BASTOS, 2012). O autor então conclui sua crítica, destacando:

Assim, a variável fiscal seria fundamental para as mudanças propostas da política cambial e monetária: o mega ajuste fiscal financiaria a compra de reservas cambiais, a redução da dívida líquida do setor público e contribuiria, por meio da recessão inevitável, para limitar o impacto inflacionário da desvalorização cambial, assegurando uma rápida melhoria da competitividade das exportações industriais. É bastante provável que a recessão e desvalorização cambial provoquem uma redução significativa do salário real. O impacto distributivo seria ainda maior por causa da mudança radical proposta quanto ao papel do gasto público na composição da demanda agregada. (BASTOS, 2012, p. 793).

Apesar das diversas críticas provenientes desta corrente, não nos parece no entanto, que suas saídas propositivas, ao menos atualmente, tenham elencado ao estado um papel maior protagonismo semelhante ao desenvolvimentismo clássico. A corrente social-desenvolvimentista teria surgido em uma conjuntura econômica favorável, tomando contornos na segunda gestão do governo Lula, ao qual grande parte dos produtos exportados pelo Brasil eram beneficiados pela alta dos preços internacionais. Esta estratégia tinha como objetivo aproveitar o potencial do mercado interno favorável, porém, como Ricardo Carneiro (2012) demonstra, apesar de ser um apoiador desta corrente, ela teria limites estruturais.

Dentre eles, o fato de que o crescimento não está complementado com a ampliação de infraestrutura e suas cadeias produtivas, ou seja, a estratégia que inspirou o social-desenvolvimentismo impactaria somente a demanda reprimida oriunda da elevada concentração de renda, em uma conjuntura de baixo endividamento das famílias. Em longo prazo então, perderia impulso pois diferente do nacional-desenvolvimentismo, a “infraestrutura econômica” estaria separada da “infraestrutura social” e sua principal intervenção ocorreria na segunda (CARNEIRO, 2012).

O social-desenvolvimentismo seria uma corrente proveniente de um fenômeno econômico que eclode na história brasileira, forjado em determinações específicas, aos quais sequer pode-se afirmar que ocorrerão novamente. Além

disso, esta corrente dependeria da capacidade de desenvolvimento do mercado interno e da conjuntura externa favorável.

De acordo com Carneiro (2012) estes fatores levariam ao aumento do consumo de produtos importados, seria então necessária uma política de reestruturação produtiva para equilíbrio da balança comercial.

A luz do que foi discutido e da experiência recente do desenvolvimento brasileiro, a estratégia social-desenvolvimentista compreende quatro eixos distintos e necessariamente complementares, mas que vêm sendo implementados com diferentes graus de prioridade e maturação: i) a melhoria da distribuição da renda; ii) a ampliação da infraestrutura econômica e social; iii) a reindustrialização via adensamento de cadeias; iv) a expansão do setor baseado em recursos naturais (CARNEIRO, 2012, p.776).

É possível considerar que o processo de industrialização seria, portanto, somente um mecanismo para estabilização da balança comercial e não um projeto econômico para geração de empregos de maior agregação de valor ou um mecanismo para a superação da dependência produtiva brasileira em recursos naturais e produtos de baixa complexidade tecnológica. Neste caso, não é de se espantar que a “infraestrutura social” dependeria exclusivamente do protagonismo do Estado e dos recursos públicos.

Por conta disto, Pedro Paulo Zahluth Bastos (2012) passa a denominar o social-desenvolvimentismo enquanto “o desenvolvimento distributivo orientado pelo Estado”, dado o fato de que não é tão fácil conciliar as necessidades de financiamento exigidas para o desenvolvimento econômico e social como o termo parece insinuar. Biancarelli e Filippin (2017) concordam com Bastos (2012) ao acrescentarem a importância de desenvolvimento social como forma de adquirir *know-how* necessário para a manutenção da indústria, não obstante, questionam a desvalorização cambial como mecanismo para auxiliar no processo de industrialização:

[...] o pressuposto de que as empresas nacionais têm acesso à tecnologia no estado da arte mundial é questionável por, pelo menos, três motivos: (i) parte expressiva dos bens de capital não são produzidos internamente e a desvalorização da taxa de câmbio, por um lado, aumenta a competitividade dos produtos nacionais, por outro, encarece as importações de equipamentos; (ii) as cadeias globais de valor são, em sua maioria, oligopolizadas, e a tecnologia utilizada por elas pode não estar acessível para compra no

mercado internacional; (iii) tecnologia no estado da arte não significa apenas bens de capital transacionáveis, mas também conhecimentos tácitos que não são de fácil aquisição. (BIANCARELLI; FILIPPIN, 2017, p.174).

Não obstante, o autor novo desenvolvimentista Paulo Gala (2019), responde que o investimento em educação sem uma estrutura produtiva desenvolvida não levaria, necessariamente, a maior industrialização.

[...] a educação que não encontra respaldo em oportunidades no mercado de trabalho promove fuga de cérebros. Sem sistema produtivo para abrigar seus cérebros notáveis um país acaba simplesmente educando mão de obra para os outros, o famoso “brain drain”. Desenvolvimento econômico é acúmulo de capital humano, acúmulo de conhecimento de uma sociedade que se traduz na capacidade de produzir bens e serviços complexos que geram poder de monopólio e “lucros excedentes”. Pra isso não basta apenas investir em educação! Precisa indústria! (GALA, 2019).

Ademais, os autores tem uma interpretação de que o investimento brasileiro é “conservador” e reage lentamente a estímulos, conseqüentemente, a forma de superação deste obstáculo é o investimento no mercado interno, sendo uma das “três frentes de expansão”. Apesar de sua preocupação com o aumento do consumo de produtos importados, Biancarelli e Filippin (2017) consideram que o país passou por um “ensaio desenvolvimentista” que perdurou até 2010, que apesar de investir em desenvolvimento social, acabou por apresentar índices de participação industrial cada vez menores no PIB, ou seja, um ensaio desenvolvimentista com desindustrialização.

Outro autor, defensor da formulação de um “regime macroeconômico social-desenvolvimentista” é Pedro Rossi (2015), não obstante, ao propor a construção de um regime macroeconômico social-desenvolvimentista, apresenta menos discordâncias do que acordos em relação aos trabalhos do novo-desenvolvimentismo ao compartilhar da preocupação a respeito da doença-holandesa:

Conforme explorado por Bresser-Pereira (2008), a existência deste setor resulta na “doença holandesa”, que se manifesta como uma tendência crônica à apreciação cambial. Um dos pontos relevantes dessa abordagem é a identificação de uma taxa de câmbio de equilíbrio para a conta corrente cujo nível é mais apreciado que aquele requerido para o desenvolvimento de um setor industrial competitivo (ROSSI, 2015, p.19-20).

Concomitantemente, se coloca crítico a arquitetura institucional da macroeconomia brasileira, formulada após 1999, através dos preceitos neoliberais, neles, o conceito de desenvolvimento foi esvaziado e o objetivo do Estado seria almejar exclusivamente a estabilidade de preços. Por outro lado, ao analisar especificamente a política macroeconômica após a crise de 2008, Rossi se mostra otimista diante das possibilidades que foram oferecidas:

Principalmente após a crise de 2008, a política cambial passou a contemplar os controles de capital entre os instrumentos, a política monetária passou a considerar os choques de oferta para a decisão de política e o regime fiscal passou a considerar o uso da política fiscal anticíclica. Resta indagar se essa flexibilidade é suficiente para contemplar, entre outras coisas, um papel mais ativo do Estado na economia, o crescimento sustentado e as transformações estruturais inerentes ao processo de desenvolvimento econômico. (ROSSI, 2015, p.8-9).

Ao se colocar de forma otimista, também propõe alguns aprimoramentos para que a política macroeconômica se alinhe com um projeto desenvolvimentista. Portanto, o autor apesar de se colocar dentro da corrente social-desenvolvimentista, sua contribuição está em criar condições para que o Estado seja capaz de aplicar um projeto desenvolvimentista, mantendo o tripé macroeconômico, porém “aperfeiçoado”.

Esta análise é otimista quanto à adequação do modelo em linhas gerais, mas também é propositiva quanto aos aperfeiçoamentos que o modelo deve sofrer e quanto às diretrizes da política macro mais adequadas ao projeto desenvolvimentista. Ou seja, a institucionalidade dos regimes de câmbio flutuante, meta fiscal primária e meta de inflação podem se acomodar ao projeto desenvolvimentista, considerando alguns aprimoramentos apontados (ROSSI, 2015, p.36).

Neste caso, Rossi também absorve parte dos apontamentos do novo desenvolvimentismo, porém, se coloca favorável a um projeto de estado que mantenha o tripé macroeconômico e passe a investir em “infraestrutura social”, apesar dos diversos argumentos levantados pelo novo desenvolvimentismo em relação aos limites impostos pela base ortodoxa do tripé-macroconômico. Cabe questionar, qual a possibilidade em longo prazo que o estado teria para investir na “infraes-

trutura social”, se mantiver ferramentas de gestão macroeconômica de origem ortodoxas, porém reformadas.

Conclusão

A teoria novo desenvolvimentista é uma teoria econômica que se encontra ainda em plena elaboração, desde o início do primeiro decênio dos anos 2000, portanto, ainda avançará sobre muitas questões não discutidas ou pouco aprofundadas nos próximos anos. Partindo dos postulados da teoria novo desenvolvimentista, bem como das recomendações de condução de políticas econômicas (macroeconômica e microeconômica), buscou-se levantar as críticas feitas pelas outras correntes do pensamento econômico no Brasil, a ortodoxa (neoliberal), a marxista e a social desenvolvimentista.

As principais críticas feitas pelos autores da ortodoxia liberal são sobre dois pontos da teoria novo desenvolvimentista: a questão do desenvolvimento industrial como relevante para o processo de desenvolvimento econômico e a política cambial proposta. No primeiro ponto, justificam não haver evidências empíricas de externalidades geradas pelo setor industrial. Já a respeito do segundo ponto, os autores concluem que apesar deste mecanismo poder funcionar, a desvalorização cambial gerará o deslocamento da renda do trabalho para o capital, o que se não for politicamente muito bem coordenado, apenas resultará em inflação mais elevada e nenhum impacto no crescimento, visto que haveria perda de renda real dos trabalhadores.

No que tange a crítica heterodoxa, a linha marxista e a social desenvolvimentista conectam esta teoria ao neoliberalismo, especialmente devido a pressuposta relevância dada ao gerenciamento das variáveis macroeconômicas, a “ausência” de políticas industriais mais intervencionistas, o papel do Estado na distribuição da renda e alocação de recursos, a atuação dos mercados competitivos e o baixo enfoque no capital nacional, argumentando a insuficiência ou inexistência de comprovações em relação as políticas de desenvolvimento econômico da teoria novo desenvolvimentista. Em especial, a crítica marxista destaca que as questões da vulnerabilidade externa não estão devidamente tratadas, nem as disputas de classes. Por sua vez, a corrente social desenvolvimentista critica os efeitos distributivos gerados pela desvalorização cambial, além da necessidade de superávits fiscais, o que resultaria na redistribuição da renda em prol dos industriais exportadores, lesando os trabalhadores e elevando a concentração de renda.

Por outro lado, ao propor a separação entre infraestrutura social e econômica, priorizando a intervenção na infraestrutura social, ao mesmo tempo

em que nega a necessidade do abandono de ferramentas ortodoxas, como o “tripé macroeconômico”, a corrente social desenvolvimentista acaba por tornar a economia brasileira ainda mais dependente do cenário externo, o que ocorre desde a fundação desta corrente, que tem sua origem na ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência, em uma conjuntura de crescimento com base no comércio de *commodities*, desindustrialização e aumento das políticas sociais, cenário bem diferente do apresentado no desenvolvimentismo clássico.

Ao sumarizar as críticas em relação ao novo-desenvolvimentismo é possível observar que parte destas é resultado do caráter embrionário da corrente, outras, da própria adaptação que o novo-desenvolvimentismo apresenta em relação ao capitalismo contemporâneo, que o difere do desenvolvimentismo clássico. Não obstante, o ponto central do desenvolvimentismo permanece: o novo-desenvolvimentismo tem como meta a realização do *catching-up* e retomada do crescimento de forma estável, seguindo o caminho do aumento da complexidade tecnológica e centrado no processo de industrialização, característica esta, capaz de retomar o aumento do emprego, dos salários, e do desenvolvimento social. No novo-desenvolvimentismo a industrialização é o objetivo central, objetivo este que é perdido de vista no pensamento ortodoxo e que segue em segundo plano na corrente social-desenvolvimentista, como fica evidenciado no trabalho apresentado.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 779-810, 2012.
- BIANCARELLI, A.; FILIPPIN, F. O Estado e seu papel industrializante: uma contribuição ao debate sobre o desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, p. 155-186, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.32, n.92, p.17-29, 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The economics and the political economy of new-developmentalism. **Texto para Discussão**, São Paulo, n.464, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.36, n.2, p.237-265, Jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Construção Política Do Brasil**: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Ed. 34, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Texto para discussão**, São Paulo, n. 274, nov. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n.84, p.83-99, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Macroeconomia desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

CARNEIRO, R. de M. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, n.4, p.749-778, 2012.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 112, p. 613-636, 2012.

COSTA, F. N. da. Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. **Textos para Discussão**, São Paulo, n. 206, 2012.

CORDEN W. M.; NEARY J. P. Booming Sector and De-industrialisation in a Small Open Economy. **The Economic Journal**, Oxford, v.92, n.368, p.825-848, 1982.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. R. **Empresários, interesses e mercado**: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G.; ALMEIDA, J. S. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**. São Paulo: IEDI, 2005.

FRENKEL, R.; RAPETTI, M. **Fragilidad externa o desindustrialización**: ¿Cuál es la principal amenaza para América Latina en la próxima década?. Santiago: CEPAL, 2011. (Serie Macroeconomía del Desarrollo, 116).

GALA, P. **Educação sem indústria gera fuga de cérebros**. 2019. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/educacao-sem-industria-gera-fuga-de-cerebros/>. Acesso em: 8 de maio 2019.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.112, p.637-671, 2012.

LISBOA, M. B.; PESSOA, S. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.11, n.19, p.181-189, 2016.

MARCONI, N. A doença holandesa e o valor da taxa de câmbio. *In*: OREIRO, J. L.; DE PAULA, L. F.; MARCONI, N. **A teoria econômica na obra de Bresser-Pereira**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/15.Doenca-Holandesa-valor-taxa-cambio.pdf>. Acesso em: 8 maio 2020.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 507-527, 2011.

PAIXÃO, M. Nada Haver ou Tudo a Ver? Diálogos entre a questão do desenvolvimento econômico e das relações raciais no Brasil. *In*: SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; RENAUT, M. (org.). **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad, 2005. p.301-325.

ROSSI, P. Regime macroeconômico e o projeto social-desenvolvimentista. **Texto para discussão**, Brasília: Rio de Janeiro, n.2029, 2015.

SAMPAIO JR, P. de A. Developmentalism and new developmentalism: tragedy and farce. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, 2012.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; RENAUT, M. (org.). **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad, 2005.

YEYATI, E.; STURZENEGGER, F. Fear of Appreciation, The World Bank Latin America and the Caribbean Region Office of the Chief Economist. **Policy Research Working Paper**, Washington, n.4387, nov. 2007.

Recebido em: 02 de agosto de 2019.

Aprovado em: 15 de novembro de 2019.